

REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR ESTADUAL DE SÃO PAULO

Elie Ghanem
Ação Educativa

Revolução na produtividade

Ao apresentar as diretrizes da política educacional (Comunicado SE. de 22.3.95), a Secretária da Educação, Rose Neubauer, assinala que a tentativa de atender a necessidades educacionais sem modernização gerencial tinha levado à desorganização da máquina administrativa, cujas características são o gigantismo, a ineficiência, a ausência de mecanismos de controle sobre o sistema de ensino e a incapacidade de prestar serviços necessários à rede escolar, sendo fonte permanente de orientações contraditórias e exigências inúteis. Morosa e centralizadora, sua estrutura estaria afastada dos problemas do ensino, seus departamentos seriam relativamente estanques e superpostos, de forma que diferentes instâncias e dimensões empreendem ações não unificadas.

Além de padecer da falta de mecanismos de avaliação e controle dos serviços prestados, a máquina administrativa não forneceria dados sobre a rede para torná-la transparente à sua clientela, incentivar a participação da comunidade e sua interação com a escola.

Então, uma revolução na produtividade dos recursos públicos foi anunciada como "a grande diretriz da atual gestão na área da educação". A partir dela, propôs-se a reforma e racionalização da estrutura administrativa, ao lado de mudanças nos padrões de gestão. Quanto à racionalização, colocaram-se dois objetivos: informatização dos dados educacionais; desconcentração e descentralização de recursos e competências.

Afirma a Secretária que a existência de dados informatizados é imprescindível para haver agilidade e segurança na tomada de decisões. Os dados populacionais, por exemplo, são muito discrepantes dos de atendimento educacional (diferença de mais de 200 mil alunos nas faixas etárias de 8 a 12 anos), por isso procedeu-se ao cadastramento dos alunos, para "rastreamento"

anual de cada um deles por um código de identificação.

Ao mesmo tempo, a Secretária sublinha o problema da permanência dos alunos no sistema escolar como maior que o do acesso à escola, salvo poucas situações pontuais e conjunturais. Afirma que, "conforme é sabido, 80% das crianças e adolescentes entre 4 e 18 anos de idade já se encontram dentro da escola", concluindo que a racionalização do fluxo implica em reverter o quadro de evasão e repetência.

Quanto à disposição do governo em promover mudanças nos padrões de gestão, propõe a abertura institucional de parceria com outros setores e a flexibilidade para adotar soluções alternativas e diferenciadas, tanto de ampliação das oportunidades de escolarização quanto de melhoria da qualidade da aprendizagem. Das mudanças na gestão, extraem-se a racionalização do fluxo escolar, a instituição de mecanismos de avaliação dos resultados e o aumento da autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas.

Reconhecendo que os salários têm sido desestimuladores do desempenho do professor, o governo coloca como seu "ponto de honra" a recomposição salarial (com piso inicial de cinco salários mínimos), acoplada a uma correlação clara entre aumento salarial e melhoria de desempenho. Para isso, aponta a necessidade de mecanismos de avaliação e promoção pelo trabalho realizado e, de igual modo, "a uniformização da jornada de trabalho docente, através da reorganização da rede escolar".

Resultados esperados

No início de seu mandato, a professora Rose Neubauer orientou a atuação na pasta para a implementação do processo de reorganização da rede escolar. A origem da proposta foi referida a uma consulta feita em 1983, na qual os educadores da rede recomendaram a reorganização, entre outras medidas, para melhorar a qualidade do ensino.

O projeto de reorganização se apóia nas diretrizes de descentralização e desconcentração de poder, de fim do desperdício de recursos e de focalização

na valorização do professor e da escola. Essencialmente, o que se pretende é que as turmas de Ciclo Básico a 4ª série funcionem em prédios menores enquanto as de adolescentes funcionem em prédios maiores, adequando-se instalações e materiais às faixas etárias.

Oficialmente, o projeto de reorganização da rede "não se vincula ao de municipalização", propondo-se para esta a ampla discussão dos critérios de cooperação e negociação entre Estado e municípios, considerando-se a relação entre clientela escolar, custo-aluno, receita de impostos e peculiaridades regionais.

Como conseqüências dessas mudanças, previu-se que os diretores poderão administrar com mais tranqüilidade e eficiência, que serão criados ambientes acolhedores, organizados e seguros, favorecendo o desempenho dos funcionários e estimulando a aprendizagem. Há ainda a perspectiva de que os professores possam ampliar ou completar sua jornada em, no máximo, duas escolas, obtendo tempo para reuniões e preparo de aulas. Espera-se também que venham a ser melhor remunerados, pois tem-se em vista a disponibilidade de recursos economizados com a racionalização promovida pelo projeto.

A implementação foi concebida para realizar-se de modo gradual e sem atropelos, liderada pelos delegados de ensino, supervisores, diretores e professores, com ajuda dos conselhos de escola e autoridades municipais, contando com a participação intensa "da comunidade". Outros parâmetros são também o respeito às características de cada município ou região quanto à quantidade ou grau de isolamento das unidades escolares, a consideração das conveniências dos alunos, transferindo-os para escolas próximas das que freqüentavam - se necessário, com transporte garantido - e o favorecimento à adaptação dos alunos, sendo possível transferir turmas e professores que quiserem, em vez de indivíduos.

Vantagens anunciadas

Os principais problemas que o projeto procura enfrentar vinculam-se à existência de classes de 5ª a 8ª série e 2º grau, com poucos alunos, espalhadas em várias escolas próximas e que poderiam estar num mesmo

prédio. Esse quadro é visto como gerador do aumento de custos dos equipamentos e de redução de recursos para salários. Ademais, alega-se que com as classes de 1ª a 4ª série funcionando em horários diferentes das demais, os docentes que lecionam em diversos períodos têm pouco ou nenhum contato entre si, reduzindo a articulação entre o segmento das séries iniciais e o das outras séries.

O ambiente físico das salas de aula é caracterizado como inadequado, o qual, junto com a necessidade de os professores trabalharem em várias escolas para completar suas jornadas, é colocado como causa de dificuldades para a aprendizagem e de maior reprovação dos alunos. Também os índices de reprovação são entendidos como perda de recursos, que permitiriam "aumentar em 20% o atual piso salarial dos professores".

Tem-se em vista que os alunos de Ciclo Básico à 4ª série, além de ambientes mais adequados, terão turnos de maior duração e, pois, maior contato com a professora e mais oportunidades de aprender. Que os de 5ª série em diante terão bibliotecas mais completas, laboratórios, quadras de esporte, computadores, salas para cada matéria, "espaço" para o grêmio estudantil, o que deve favorecer as atividades artísticas e esportivas para enriquecimento curricular.

Acredita-se que diretores e equipe se beneficiarão com o fim de conflitos decorrentes da presença de alunos de faixas etárias diferentes. Haverá a simplificação de compras de material pedagógico e a possibilidade tanto de um ambiente mais organizado e seguro quanto de concentrar a capacitação de funcionários para lidar com alunos da mesma faixa etária.

Dentro do projeto, foram anunciadas algumas medidas como: coordenadores pedagógicos em todas as escolas, cuja a seleção será feita com a participação das equipes escolares; recursos financeiros transferidos às delegacias de ensino (em 1995, duas vezes superiores à média dos anos anteriores); envio direto às escolas de recursos para manutenção, compra de materiais e outros; reajustes salariais (de até 69% em 1995, quando a inflação estimada foi de 23%); envio de milhões de livros da FAE às escolas;

cadastro dos alunos.

Advertências

Em novembro de 1995, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo se manifestou favoravelmente à implantação do projeto (**Parecer CEE 674/95**). O parecer afirma que é sabido, "por inúmeros estudos, que o problema do atendimento à demanda, no ensino fundamental de nosso Estado, está quase resolvido", lembrando que é alta a exclusão precoce do alunado, sem a conclusão desse nível de ensino. Ao considerar que a base da reorganização pretendida é a preservação da escolaridade de oito anos para todos, o parecer apresentou cautelas e pontos-chaves do processo a ser desencadeado, quais sejam:

a) A necessidade de ampla e clara divulgação dos objetivos e procedimentos.

b) A sistematização da articulação entre as escolas que sediarão do Ciclo Básico à 4ª série e as que sediarão de 5ª à 8ª série, de forma a assegurar a escolaridade de oito anos para todos.

c) Flexibilidade nos casos problemáticos.

d) Ênfase, em todos os níveis de divulgação e discussão da proposta, do pretendido efeito de valorização moral e material dos participantes do sistema educacional, compreendendo em tal valorização a justa e indispensável qualificação profissional e salarial dos profissionais da educação.

e) Incentivo à liderança dos Delegados de Ensino e Diretores de Escola, dentro de seu âmbito de atuação.

f) Orientação às Delegacias de Ensino para criação de projetos variados de escolas, com padrões relativos a ambientes, mobiliários, laboratórios etc., que poderão definir a médio prazo, o desenvolvimento de suas redes, dentro de critérios de racionalização e eficácia.

g) Ênfase na melhoria da qualidade dos processos de ensino, aprendizagem e avaliação em sala de aula.

h) Revisão, tendo em vista o que se conhece hoje sobre o desenvolvimento sócio-cognitivo de crianças e jovens, das expectativas e crenças cristalizadas em relação ao que os alunos devem dominar, enquanto conteúdos e habilidades, em cada etapa de seu processo de escolarização.

i) Criação de condições para a utilização pertinente do tempo dos alunos na escola.

j) Envolvimento sistemático, no Projeto, das instituições públicas e particulares de ensino superior - que mantêm cursos de licenciatura e das instituições de 2º grau, formadoras de professores.

l) Envolvimento sistemático das Prefeituras Municipais, no processo de reorganização da rede escolar e de ampliação de sua participação no financiamento e na gestão do ensino fundamental.

O parecer enfatiza ser fundamental "o tratamento cuidadoso, paulatino, regionalizado e negociado da questão, tendo sempre claro o objetivo da qualidade da educação a ser garantida a crianças e jovens". Aponta, ainda, a falta de definição de mecanismos de articulação entre as escolas que sediarão do Ciclo Básico à 4ª série e as que sediarão de 5ª a 8ª série, definição necessária à garantia de continuidade para os alunos, aos planos de ensino e à documentação da vida escolar.

O parecer considera conveniente que os diretores das escolas que se interligarão se reúnam para equacionar problemas específicos comuns e assinala a importância de complementar os procedimentos de implantação "mediante a ampla e clara divulgação dos objetivos e procedimentos possíveis, com discussão pelos segmentos interessados, em cada uma das Delegacias de Ensino e nas escolas, e incorporação de sugestões e soluções locais". Admite que pode haver modelos alternativos para atingir os propósitos visados e que será preciso flexibilidade para incorporá-los.

Chama também a atenção sobre a necessidade de levantamento do número de casos de famílias com vários filhos em diferentes séries para orientar soluções específicas, assim como propõe não desintegrar o trabalho de escolas que tenham conseguido equipes integradas, com concepção de trabalho unificado, para que as escolas resultantes da reorganização tenham estreito entrosamento pedagógico.

A análise dos problemas de locomoção de alunos é recomendada, em todas instâncias envolvidas, em cada área, com alta consideração pelas suas implicações nas rotinas pessoais e familiares, "até o limite onde não se mostre viável a alteração imediata".

Reações

A Apeoesp se sobressaiu na oposição ao projeto de reorganização. Em outubro, fez a entrega de um abaixo-assinado com 150 mil signatários exigindo o cancelamento das demissões de professores, o atendimento às reivindicações destes e a instituição de um debate público sobre os projetos na área educacional, inclusive a reorganização. Em novembro, a Apeoesp organizou um ato público em frente à Secretaria da Educação, com a participação de professores, pais e alunos. Em dezembro, juntamente com a Afuse, entrou com representação na Procuradoria Geral da Justiça contra a reorganização da rede.

O **Jornal da Apeoesp** publicou textos contrários ao projeto, principalmente apontando autoritarismo em mudanças feitas sem consulta. Chegou a comentar também que os professores nem sempre poderão acompanhar seus alunos na transferência de escolas, devido à resolução que disciplina a inscrição e atribuição de aulas para 1996 (SE-273). Esta muda o critério de pontuação para fins de classificação dos professores e, como o tempo de exercício no cargo passa a valer bem mais que o tempo na unidade escolar, um professor pode ficar sem aulas na escola escolhida. O jornal publicou também uma lista de 46 manifestações públicas contra a reorganização, realizadas em 32 municípios (16 delas na Capital), além de apontar que o fechamento de cerca de oito mil classes e a desativação de 105

escolas levou à superlotação de salas - algumas delas chegando a ter 50 alunos - e que, na zona rural, "muitas crianças ficarão sem estudar, pois não têm condições de se deslocar para as novas escolas".

A Apeoesp imprimiu e distribuiu uma cartilha apontando como verdadeira intenção da divisão das escolas a municipalização do ensino de 1ª a 4ª série. Também o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente decidiu, em 22 de novembro, pedir a suspensão da reforma, "objetivando ampla discussão com vários setores da população". A Secretaria da Educação obteve parecer da Procuradoria Geral do Estado, que não reconheceu no Conselho poder para suspender o programa.

Artigo da presidente da Apase-Sindicato dos Supervisores do Ensino, publicado em jornal de grande circulação, afirma que as expectativas quanto ao desempenho da educação escolar podem ser realizadas tanto nas escolas que oferecem educação infantil, fundamental e média em um único estabelecimento quanto naquelas que as oferecem em prédios diferentes. Ressalta o risco de essa ser mais uma reforma efêmera se não forem garantidas as seguintes condições: aplicação de recursos financeiros suficientes para prédios equipados e em boas condições, assim como para diversidade e quantidade suficiente de material pedagógico; horários para os professores atenderem alunos e pais, corrigirem e prepararem trabalhos escolares, fazerem reuniões pedagógicas e se atualizarem profissionalmente; salário justo para os professores; quadro de funcionários de apoio completo e com salário justo.

A imprensa noticiou ainda que, em Diadema, a União Municipal de Estudantes Secundaristas (Umes) conseguiu que cerca de 600 alunos, cujo acesso a vagas estava comprometido, fizessem matrícula, após várias passeatas, atos e negociações com a Delegacia de Ensino. Entre 2 e 9 de fevereiro, a Umes havia cadastrado 1,1 mil pretendentes com problemas de distância, falta de vaga, incompatibilidade de período e faixa etária mínima para entrar no 1º grau.

Falta de informação

Segundo o delegado de uma delegacia de ensino da Capital (D.E.), a

demanda local por Ciclo Básico inicial está completamente atendida, mas há uma pressão histórica de demanda por vagas em um dos distritos de sua jurisdição, mais direcionada para o 2º grau noturno. Ressalva, porém, "que o serviço de estatísticas é extremamente precário".

Embora a Secretária tenha afirmado que, na Capital, "a ajuda da prefeitura foi muito valiosa", segundo aquele delegado, não há uma estimativa de vagas disponíveis na rede municipal, tendo ele que utilizar de suas relações pessoais com alguns diretores para acomodar a demanda. Para ele, a adoção de ciclos no 1º grau das escolas dessa rede elevou o número de seus concluintes de 8ª série, os quais as escolas estaduais não conseguem absorver no 2º grau. Em 1996, as estaduais matricularam todos os seus concluintes de 8ª série no 2º grau e ofereceram para sorteio somente 3 mil vagas aos cerca de 4,5 mil concluintes das escolas municipais.

Havia muitas - não se sabe quantas - salas ociosas no noturno que passaram a ser ocupadas com a reorganização. Agora o número de turmas noturnas é maior mas não suficiente, segundo o delegado, porque faltam escolas na região. Ele, entretanto, não consegue distinguir os problemas de matrícula que decorrem da falta de vagas e os da insatisfação com transferências ocorridas com a reorganização.

O Conselho Tutelar da região fez um levantamento de 3 mil pessoas que ficaram sem vagas, mas não discriminou idade nem série. Encaminhou ao Ministério Público e o delegado de ensino contestou os dados. O promotor decidiu que o levantamento fosse refeito, mencionando as pessoas de até 15 anos e as necessidades até 5ª série. Mas a própria D.E. não dispunha de informações a respeito. Também não há dados sobre os professores que completam sua jornada em uma ou mais escolas. Nem antes, nem após a reorganização.

Quanto às críticas que apontam um caráter autoritário na reorganização, o delegado reconhece que não houve tempo para a discussão com "a comunidade". Acredita também que, se fosse respeitada a opinião desta, não haveria reorganização, devido ao ceticismo da população quanto a propostas

governamentais. Ele afirma que os grupos "da comunidade" que se mobilizaram, essencialmente grupos de pais, fizeram-no mais como reação. Ele mesmo compareceu a uma reunião em uma igreja, com cerca de 500 pessoas muito irritadas. Essa reação obrigou à realização de discussões que impediram a D.E. de "cometer erros".

Quanto à descentralização do poder, uma das mencionadas bases de sustentação do projeto, o delegado afirma ter havido apenas descentralização de tarefas - sobretudo o cuidado com a vida funcional dos servidores - antes realizadas pelas Divisões Regionais de Ensino, que foram extintas. Ele pensa também que, hoje, o poder está mais centralizado, dando o exemplo do projeto Escola Padrão, implantado com mais tempo, oportunidades de discussão na D.E. e possibilidade de "opção da unidade escolar" quanto a participar. Assinala que a legislação dificulta a descentralização e que, embora haja reuniões quinzenais dos delegados de ensino com a Cogesp (Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo), eles só tomaram conhecimento da resolução que instituiu a reorganização pelo **Diário Oficial**.

Em outra D.E. da Capital, uma das supervisoras sublinha terem sabido pela imprensa que haveria uma reforma. Houve uma reunião com a presença de pais e alunos de várias escolas, na qual a representante da Secretaria colocou em discussão somente a execução da reforma.

Aquela supervisora acredita que alguns diretores foram favoráveis porque poderiam vir a dirigir escolas apenas de Ciclo Básico a 4ª série, considerando "mais fácil controlar" crianças que adolescentes. Além do cálculo para dividir o número de alunos pelos prédios escolares, esse critério subjetivo da preferência dos diretores também teria influído. Para a supervisora, muitas diretoras exprimem seu interesse maior em "simplificar tarefas" porque, visando aumentar seus vencimentos, foram habilitadas em Administração Escolar por "cursos de fim-de-semana" ou de complementação pedagógica, não sendo bem qualificadas profissionalmente.

Nessa D.E., duas escolas foram extintas. Houve reação dos pais em uma delas. A escola de destino apresentada os desagradou e eles preferiram

uma outra mais distante, porém, mais prestigiada. De todo modo, não se apurou o número dos que eventualmente perderam vagas. Segundo a supervisora, quando surgem queixas, providencia-se o encaixe em uma vaga, mas não em todos os casos, porque faltam vagas de 5ª a 8ª série noturnas.

Ao serem solicitados os dados sobre a distribuição das vagas por classes e séries, antes e após a reorganização, uma assistente de planejamento dessa D.E. disse que os dados referentes ao período anterior à implantação do projeto só eram disponíveis por escola e não de acordo com as áreas escolares que foram definidas para a reorganização. Os dados da situação posterior só estavam disponíveis por série.

A desinformação pode ser ainda apreciada no que diz respeito a eventuais efeitos negativos do projeto e suas correspondentes reações. Procurando, em abril de 1996, o número de casos relativos ao projeto apresentados aos vinte Conselhos Tutelares do município de São Paulo, sete deles haviam mudado de telefone, um deles informou a existência de cerca de 100 casos de crianças e adolescentes sem vagas em escolas, entre os quais "alguns" (?) entraram com representação no Ministério Público. Outro apontou cerca de trinta casos, em torno dos quais criou-se "muita confusão" mas que "foram se ajeitando", inclusive com a abertura de duas salas de aula. Os demais não fizeram um registro recuperável. Um deles estava em greve de protesto contra a falta de condições de trabalho oferecidas pela prefeitura (falta de transporte, instalações, materiais e remuneração de R\$ 132,00 para os conselheiros) e outro não estava funcionando porque houve uma intervenção devido a irregularidades na eleição dos conselheiros. De resto, a criação de Conselhos Tutelares é relativamente recente, sua existência, localização, atribuições e atividades são desconhecidas da maioria da população.

Uma posição a respeito

Em qualquer organização, a racionalização de recursos é em si desejável quando não se contrapõe aos seus objetivos principais. Em princípio, a justificativa de adequação do espaço escolar, virtualmente favorável à melhoria do trabalho pedagógico, é aceitável. O exame dos desdobramentos

das medidas adotadas permitirá julgar seu grau de eficácia.

Mas é preciso considerar o problema do acesso aos serviços educacionais como condição primordial do direito à educação. Parte das reações ao projeto pode ser imputada à ameaça (real ou não) que ele eventualmente representou àquele direito.

Sobre isso, não é conveniente fazer com facilidade, sobretudo em se tratando de autoridades do sistema de ensino, afirmações como "conforme é sabido, 80% das crianças e adolescentes entre 4 e 18 anos de idade já se encontram dentro da escola", ou "que o problema do atendimento à demanda no ensino fundamental de nosso Estado está quase resolvido". Primeiro porque, como a própria Secretária assinalou, não se dispõe de dados que permitam agilidade e segurança às decisões, especialmente os que dêem uma clara caracterização das relações entre oferta e demanda. A insuficiência e inconsistência dos dados disponíveis levou à necessária proposta de cadastramento dos alunos - aliás, ainda não concluído e divulgado -, uma vez que as autoridades não podiam precisar sequer quantos alunos efetivamente os serviços atendem no estado.

Esse problema, à primeira vista técnico, reveste-se de enorme importância, antes pelas limitações que coloca às tarefas educativas mas, em última instância, pelas implicações políticas sobre a própria viabilidade do regime democrático, entre cujos requisitos se encontra a existência de um espaço público caracterizado pela visibilidade. Apenas como exemplo significativo entre muitos que embaraçam a existência de um estado apropriado à democracia, cabe lembrar que a produção de dados nacionais por meio dos censos, feita historicamente a cada década, foi interrompida durante o governo Collor, de modo que o levantamento que deveria ter sido feito em 1990 só se realizou no ano seguinte e seus resultados, parciais, só começaram a ser publicados em 1994. Nessas condições, inviabiliza-se o planejamento e se coloca altíssimo risco para o sucesso de políticas públicas.

Em segundo lugar, cabe chamar a atenção para um sinal particular da concepção do projeto. A rede escolar é pensada tendo em vista apenas o

atendimento de crianças e adolescentes no ensino regular, excluindo até de sua imagem pública uma parcela muito importante dos deveres do estado, ou seja, "ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria" (**Constituição**, art. 208, I). E não é apenas uma questão de imagem. Segundo o censo de 1991, há 2.223.073 analfabetos absolutos na população com 15 anos ou mais (10,16% do total dessa faixa etária) no Estado de São Paulo. Em número absolutos, nosso estado ocupa a segunda posição nas cifras desse tipo de analfabetismo da Federação. O atendimento à demanda no ensino fundamental, então, não parece estar "quase resolvido".

Em 11/4/96, a Secretaria da Educação mostrou que o número de classes foi reduzido em 7.834 (de 186.223, em 1995, para 178.389), tendo sido desativadas 152 unidades escolares. Considerando que o número de escolas de Ciclo Básico a 4ª série passou de 559 para 2.313 (34,4% do total), em 1996, e que estas ficam fechadas à noite, é possível que, para isto, tenham sido suprimidas vagas no ensino regular ou supletivo noturnos. As tabelas abaixo mostram perdas de vagas em duas D.E. da Capital, escolhidas aleatoriamente.

Evolução da matrícula inicial em 2 delegacias de ensino do Município de São Paulo - 1995 - 1996⁶

MATRÍCULA INICIAL EM 1995											
Delegacia de ensino	Ed. Especial	ALUNOS									
		DIURNO				NOTURNO			SUPLÊNCIA		
		1ª/4ª	5ª/8ª	2º Grau	Total	5ª/8ª	2º Grau	Total	1º Grau	2º Grau	Total
A	199	42.541	28.563	3.533	74.637	11.719	20.854	32.573	922		922
B	375	11.421	9.645	6.213	27.279	3.000	8.731	11.731	1.596	204	1.800

MATRÍCULA INICIAL EM 1996												
Delegacia de ensino	Ed. Especial	ALUNOS										
		DIURNO				NOTURNO			SUPLÊNCIA			
		1ª/4ª	5ª/8ª	2º Grau	Total	5ª/8ª	2º Grau	Total	Supl. I	Supl. II	Supl. 2º Gr.	Total
A	192	39.236	31.236	3.560	74.032	10.002	21.940	31.942		773		733
B	412	10.653	9.817	6.497	26.697	2.054	7.338	9.392	701	1.250	463	2.414

⁶ Dados fornecidos pelo Centro de Informações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

DIFERENÇA ENTRE MATRÍCULA INICIAL EM 1995 E EM 1996											
Delegacia de ensino	ALUNOS										
	Ed. Especial	DIURNO				NOTURNO			SUPLÊNCIA		
		1ª/4ª	5ª/8ª	2º Grau	Total	5ª/8ª	2º Grau	Total	Supl. 1º Gr.	Supl. 2º Gr.	Total
A	- 7	- 3.305	2.673	27	- 605	- 1.717	1.086	- 631	- 149		- 149
B	37	- 768	172	284	- 312	- 946	- 1.393	- 2.339	355	259	614

Não foi possível, até o momento, quantificar as vagas suprimidas no conjunto da rede escolar, assim como aquelas classes que deixaram de ser cedidas a programas de educação básica de jovens e adultos, municipais ou comunitários. Um exemplo que nos fornece algum indício é o dos responsáveis por programa do gênero, mantido pela Prefeitura de Campinas, que asseguram terem sido obrigados a deixar de atender 25 turmas, pelo menos 500 alunos.

Em terceiro lugar, ocorre um paradoxo. Após a aguda caracterização da máquina administrativa como gigante, ineficiente, morosa, centralizadora, incapaz de prestar os serviços necessários à rede e torná-la transparente à sua clientela, afastada dos problemas do ensino, repleta de incoerências e despida de mecanismos de controle, tomam-se medidas racionalizadoras de largo espectro (a reorganização), consideradas necessárias e urgentes: implementadas com esta máquina administrativa. É um problema difícil de resolver. Aparentemente, a reestruturação (e mesmo a subversão) de tal máquina deveria ser antecedente, como condição para as mudanças no conjunto das unidades escolares.

Finalmente, não obstante a implementação do projeto ter sido enunciada como gradual e com intensa participação "da comunidade" e apesar de o Conselho Estadual de Educação ter enfatizado a necessidade do envolvimento sistemático de prefeituras, instituições de ensino superior e de 2º grau que formam professores, bem como a divulgação clara, a discussão, a incorporação de sugestões e soluções locais com os interessados, o próprio escalão intermediário

de delegados de ensino - aos quais o projeto conferiu a liderança do processo - conheceu o projeto quando a resolução que o institui foi publicada no Diário Oficial. Os poucos meses de sua implantação foram insignificantes para interagir com a população e, certamente, não denotaram qualquer empenho pelo seu envolvimento. Só não se estranha a timidez das reações contrárias ao projeto porque essa população, que - é bom que se lembre - é titular de direitos, está zelosamente mantida na ignorância.

São Paulo, maio de 1996.

Documentos Consultados

- APEOESP faz intensa campanha contra a reorganização. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 211, dez. 1995, p. 8.
- APEOESP-SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cartilha contra a reorganização da rede pública de ensino** : Secretaria de Educação impondo rumos : mudar para quem? São Paulo : Apeoesp, [1995]. 8 p.
- CONDECA e Unicamp criticam reforma. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 211, dez. 1995, p. 8.
- ESTUDANTES conquistam 600 vagas em Diadema. **Diário Popular**, São Paulo, 12/3/96.
- MOVIMENTO consegue apoio de deputados. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 211, dez. 1995, p. 8.
- NEUBAUER, Rose. Entrevista : busca de redenção. **Revista Sieesp**, São Paulo, v. 22, n. 179, mar. 1996, p. 8-11.
- PROFESSORES ficam sem aulas. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 213, fev. 1996, p. 6.
- QUADROS, Ana Maria. O risco da efemeridade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18/11/95, p. A-3.
- SÃO PAULO (Estado). CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CEE 674/95 - Comissão Especial - Aprovado em 8-11-95. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, v. 105, n. 216, 11/11/95, Seção I, p.13.
- SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL. **Exercício analítico de política educacional** : o caso do Estado de São Paulo. São Paulo : SEE, 1991. 86 p.
- SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Comunicado SE. de 22-3-95 [Torna público a todos os integrantes dos Quadros do Magistério, de Apoio Escolar e da Secretaria da Educação, as principais diretrizes educacionais para o Estado de São Paulo, para o período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998]. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 23/3/95, Seção I, p. 8-10.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Educação paulista** : corrigindo rumos : mudar para melhorar : uma escola para a criança, outra para o adolescente . São Paulo : SEE, [1995]. 4 p.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Educação paulista** : corrigindo rumos : mudar para melhorar : uma escola para a criança, outra para o adolescente : venha conhecer. São Paulo : SEE, 1995. 16 p.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Educação paulista** : corrigindo rumos : a escola de cara nova : diretores : o início das aulas. São Paulo : SEE, 1995. 47 p.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Reorganização da Rede Estadual** : total do Estado : situação em 11/04/96. São Paulo : SEE, [1996]. 1 p.

SE muda critério de classificação. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 211, dez. 1995, p. 6.

SECRETARIA fecha mais de 8 mil classes no Estado. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 211, dez. 1995, p. 8.